



16 DE MARÇO: DIA DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL PELOS SERVIÇOS PÚBLICOS



Enquanto servidores públicos buscam unificar suas lutas por meio da pauta da valorização salarial, que exige reposição das perdas do último período e respeito às carreiras, governos estaduais aprovam projetos que antecipam, na prática, a Proposta de Emenda à Constituição 32/20, a Reforma Administrativa, em tramitação no Congresso Nacional.

O texto da PEC32 ainda precisa ser votado no Plenário da Câmara dos Deputados. Os pontos mais nefastos da reforma tratam da perda de estabilidade e a implementação de avaliação de desempenho e novas formas de contratação. Governantes e imprensa falam em modernização das atividades com economia de gastos, meritocracia para alcance na carreira e fim da estabilidade como forma de se evitar a suposta acomodação dos trabalhadores. Na verdade, as consequências serão o sucateamento dos serviços públicos com a precarização dos trabalhos e a transformação dos cargos públicos, hoje acessados por concursos, em moeda de troca para distribuição de favores a apoiadores dos governantes da ocasião, além de possibilitar a perseguição política aos trabalhadores. Há anos os funcionários públicos estão sem reajuste salarial, sem reposição inflacionária e com perdas em seus ganhos graças à Reforma da Previdência que, entre outros ataques, aumentou o valor da contribuição previdenciária. Enquanto cortam gastos com os servidores, essenciais para o atendimento à população,

governantes aumentam os gastos com pagamentos das fraudulentas dívidas públicas, que geram enormes lucros a bancos e grandes rentistas.

Ainda que a PEC 32 não seja aprovada este ano, por causa das eleições, em alguns estados governos e imprensa têm divulgado reajustes aos servidores supostamente muito acima dos índices históricos atribuídos, principalmente, aos professores, para conseguirem aprovar, embutidas aos projetos de reajustes, leis que implementam a face perversa da reforma administrativa, sem que os trabalhadores percebam a curto prazo. Ao transformar salários em subsídios, como ocorreu no Espírito Santo e está para ocorrer em São Paulo, por meio de um Projeto de Lei Complementar, as carreiras dos professores terão limitações de vagas em cada faixa salarial, o que, certamente, emperrará as progressões. O critério de valorização por tempo de serviço será abandonado e as regras para progressão atenderão aos interesses da reforma empresarial da Educação, com cumprimento de metas que levam à superexploração dos trabalhadores.

Valorização salarial com carreira sem armadilhas, estabilidade e condições de trabalho são os requisitos fundamentais para que os servidores públicos atendam, com qualidade, a população.

Dia 16 é dia de luta contra as reformas neoliberais e pelas reivindicações básicas dos servidores.

Governo Bolsonaro desmonta Pesquisa Nacional sobre a Educação Brasileira



Em mais um ataque do Governo Bolsonaro à educação brasileira, uma medida do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) visa reduzir drasticamente o detalhamento dos dados da última edição do Censo Escolar; a base mais importante de dados sobre a educação no país. Sob a justificativa de atender demandas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o INEP restringirá o acesso aos microdados mapeados sobre escolas, matrículas, professores e demais dados que subsidiam a elaboração e monitoramento das políticas públicas educacionais.

Ao retirar das escolas, dos pesquisadores e de toda a população o direito às informações sobre a educação, diminuindo a transparência do processo, o governo desmonta a estrutura que fundamenta o Censo Escolar, por meio do qual é possível realizar estudos

e pesquisas e definir as principais ações da política educacional.

A redução do papel de órgãos do Ministério da Educação (MEC), como o INEP, que dificulta a cobrança e fiscalização da sociedade é parte do desmonte das políticas públicas e da estrutura do Estado. Trata-se da implementação do ultraliberalismo que pretende, ao reduzir investimentos nos serviços públicos, aumentar os lucros do setor privado.

Prodabel na mira dos abutres



A saga de destruição das empresas públicas brasileiras tem sido a tônica deste período no Brasil. A PRODABEL, empresa de tecnologia do município de Belo Horizonte, também está ameaçada.

Desta vez o porta-voz da destruição é um vereador, que segundo contam as conversas nos espaços políticos de BH, apenas aguarda o afastamento do prefeito Kalil sair da administração do município. A gestão do vice prefeito, que assumirá, será o campo aberto para ter início os ataques privatistas (ou destruidores) da Prodabel.

Os trabalhadores da BHtrans viveram esta história, que em termos legislativos, acabou relativamente rápido, se considerarmos o tempo gasto para aprovação do projeto de lei que detonou com a empresa.

O abutre que lançou a palavra de ordem FIM DA BHTRANS é o mesmo que, à espreita, aguarda o sinal para bradar FIM DA PRODABEL.

Haverá resistência se depender do SINDADOS/MG que já conversa com os trabalhadores sobre esta situação faz um bom tempo, já que esta não é a primeira vez que a PRODABEL está na alça de mira dos capitalistas que visam tão somente lucrar, sem se importar com a grande importância desta empresa pública para o povo beloizontino.

NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA PRODABEL!

Empresariamento da saúde: o Brasil na contramão do mundo



A pandemia escancarou ao mundo a importância dos sistemas de saúde públicos e, em diversos países, gerou uma pressão para que eles se fortaleçam. No entanto, no Brasil, o desmonte do SUS, Sistema Único de Saúde, que representa uma política exemplar de Saúde Pública para o mundo, se manteve em ação durante a pandemia.

As políticas públicas do governo Bolsonaro estão voltadas para o favorecimento de grupos privados, que visam apenas lucrar com os serviços de Saúde. Esse empresariamento coloca em risco a segurança assistencial da população. O exemplo está na saída do Brasil, mesmo em tempos de altos ganhos dos planos de saúde, da

corporação norte-americana UnitedHealth, que comprou a Amil Participações SA, a maior organização de saúde do Brasil, em 2012. Seus usuários são, em sua maioria, idosos que pagam, há muitos anos, valores altos de mensalidades. A saída da empresa do País irá prejudicar os consumidores, que poderão ser definitivamente abandonados pela operadora, sofrendo grandes prejuízos em função de alterações na rede credenciada e mesmo nas coberturas assistenciais.

Por outro lado, a recessão econômica pela qual o Brasil passa, faz com que empresários nacionais da saúde avancem na comercialização de produtos de qualidade questionável e de profissionais de saúde com vínculos precários de trabalho. Bolsonaro apoia esse processo, em troca de apoio político desses empresários ao seu governo. É preciso organizar a luta em defesa da Saúde pública de qualidade como direito básico da população.

Sindicato dos Correios da Paraíba: vitória da Chapa 1 – Unidade e Resistência



As novas eleições para a diretoria colegiada do SINTECT-PB, triênio 2022-2025, ocorreram na semana passada, em um processo com total transparência, onde ambas as chapas tiveram acesso às informações necessárias e tudo foi debatido em reuniões previamente agendadas da Junta Eleitoral.

Em um procedimento nunca ocorrido antes na história desse sindicato, as chapas concorrentes tiveram acesso à listagem geral dos filiados, com o local de trabalho de cada eleitor. Informações sobre as chapas concorrentes, dia, horário de votação e os roteiros das urnas itinerantes foram divulgadas nos meios de comunicação do SINTECT-PB. Assim, a atual diretoria possibilitou aos eleitores escolherem entre dois

projetos políticos, conhecidos pela categoria ao longo dos últimos anos, com o foco do debate nas propostas de cada um.

O resultado, comparado com a eleição anterior, demonstra que além de aumentar a participação de eleitores, ampliou-se a diferença de votos entre as chapas concorrentes. A vitória da Chapa 1 – Unidade e Resistência, foi resultado de um trabalho reconhecido pelos trabalhadores e que terá pela frente o desafio da luta contra a privatização e pela unificação da categoria para retomada de direitos retirados no dissídio coletivo de 2020.